



Comunicação oral: Eixo 1- A educação básica brasileira e desafios da atualidade

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E A SÍNDROME DE BURNOUT EM EDUCADORES E EDUCADORAS DO ENSINO BÁSICO

Isabel Cristina Weisz¹

Resumo: As informações disponibilizadas neste trabalho fazem parte dos dados obtidos em uma pesquisa de Doutorado que se encontra em andamento no programa de Psicologia da Educação da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). No texto explicamos como o modelo Neoliberal das atuais políticas públicas de Educação têm sistematicamente precarizado as condições de trabalho dos professores do ensino fundamental brasileiro levando esses profissionais ao adoecimento psíquico laboral denominado Síndrome de Burnout.

Palavras-chave: Políticas públicas em Educação. Desvalorização Simbólica. Síndrome de Burnout.

A progressão exponencial da síndrome de Burnout em professores

Como em alguns filmes e textos literários, essa comunicação subverte uma ordem sequencial: ela começa com aspectos do efeito para explicar a causa.

O efeito retratado nesse texto é o acelerado processo de adoecimento psíquico dos professores brasileiros. Os dois leads jornalísticos abaixo são do ano de 2023:

Lead 1:

“1 em cada 3 professores da educação básica sofre burnout: 'Medo absurdo’
(O Tempo,2023).

A matéria revela, mais exatamente, que 33% dos professores das escolas brasileiras apresentam sintomatologia de Burnout segundo estudo realizado pela UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo).

Lead 2:

112 professores são afastados por dia em SP por problemas de saúde mental;
aumento de 15% em 2023

¹ Doutoranda em Psicologia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestra em Língua Portuguesa pela mesma instituição. Pós-Graduada em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem pela PUCRS. Graduada em Pedagogia. Graduada em Letras (Língua Portuguesa e Língua Inglesa). ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/94446257956374018>. ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8949-6679>.



Nos primeiros seis meses do ano, 20.173 professores foram afastados. Dados foram obtidos pela TV Globo via Lei de Acesso à Informação (G1, 2023).

As duas notícias acima reportam que os casos de Síndrome de Burnout entre professores mais do que dobraram no intervalo de apenas 15 anos: em 2008 um estudo realizado pela UnB (Universidade de Brasília) apontou que 15,7 dos professores entrevistados em um estudo sofriam da síndrome de Burnout (Portal do professor, 2008).

Para explicar esse estado da arte da Síndrome de Burnout em professores brasileiros evocamos um estudo realizado por Maslach (Alves, 2017). A autora identificou a sensação de desvalorização profissional como um dos principais causadores da Síndrome de Burnout.

Não por acaso, a pesquisa *Profissionais da Educação do Século XXI: desafios e perspectivas atuais* (Placco; Souza, 2023) realizada nas 91 Diretorias de Ensino do estado de São Paulo entre os anos de 2015 e 2022 pelo grupo CEPId (Contexto Escolar, Processos Identitários de Formação de Professores e Alunos da Educação Básica) da PUC-SP aferiu que 46,8 % dos profissionais de Educação entrevistados se sentem desvalorizados em suas carreiras.

Estudando essa sensação difusa de “desvalorização” referida pelos professores e professoras entrevistados encontramos um relativamente novo tipo de desmerecimento para além daquele desprestígio objetivo (baixos salários, instalações escolares inadequadas, escassez de material didático) com o qual os profissionais da educação são historicamente tratados. Estamos nos referindo à desvalorização simbólica.

Conforme Fanizzi (2023), a desvalorização simbólica faz parte de um conjunto maior de práticas e políticas públicas em Educação que constroem uma “menos valia” algo que a autora chamou de um *não-lugar* que é intencional e estrategicamente construído para enfraquecer e marginalizar a classe docente. A motivação disso é subentendida pelos profissionais da educação do país: a privatização do ensino público e a já costumeira tentativa de alienação política da população. Desacreditando-se a classe dos professores desacredita-se também o seu poder de formação da opinião pública. Assim, na conceituação de Fanizzi:

Nomeamos como precariedade simbólica a condição constituída pela reiterada desautorização, desvalorização e deslegitimação da ação e da enunciação docente que deflagra o lugar precário hoje ocupado pelos professores e professoras em nosso imaginário social.

(Fanizzi, 2023, p. 14) (grifo nosso)



Uma vez que esclarecemos o que é a Desvalorização Simbólica assinalamos que ela vem sendo realizada progressivamente de maneira velada. Esse *modus operandi* paulatino e disfarçado torna-a mais eficiente.

Muitas e diversas são as formas de Desvalorização Simbólica do professor e da professora.

A seguir detalharemos três das mais onipresentes no país.

Sistema apostilado de Ensino (SAE)

O Sistema Apostilado de Ensino é uma realidade da educação brasileira que se firmou com o início do processo de municipalização das escolas no Brasil na segunda metade dos anos 1990.

Alegando que tal sistema beneficiaria o rendimento dos alunos pois padronizaria o ensino, os prefeitos passaram a contratar empresas cuja finalidade é produzir aulas completas, de todas as disciplinas para serem ministradas pelos professores de todos os anos do ensino fundamental ao longo de todo o ano letivo (Bego, 2017).

Porém, com aulas elaboradas por terceiros incógnitos que sequer visitaram o município que adquire por demanda tais apostilas esse sistema apenas coíbe a liberdade dos professores na escolha de suas metodologias e produção de material original bem como restringe a criatividade dos alunos pois as peculiaridades de cada turma não têm como ser acolhidas e contempladas a partir de conteúdos prontos e acabados. Vemos assim que o SAE retira o protagonismo de toda a comunidade de ensino na construção de seu próprio processo educacional (Ortiz, Denardin, Savi Neto, 2021).

Diversos autores e autoras, incluindo Fanizzi (2023) elencam o SAE comum mais um dos elementos de Tecnicização do Ensino que leva a lógica industrial de produção para a práxis escolar.

Despojado de seu papel reflexivo, crítico e criativo, o professor se sente diminuído e perde o senso de realização de seu trabalho. Transformado em um mero aplicador de textos e fórmulas o que resta de sua identidade desse profissional? O adoecimento psíquico é uma consequência prevista nesse quadro.

Empregabilidade via categorização discriminatória

Até o início dos anos 2000, o governo do estado de São Paulo, que possuía a maior rede de ensino do país, adotava três diferentes formas de empregabilidade de professores:

-Professor efetivo: que adquiria um cargo mediante concurso público e nomeação;



-Professor estável: categoria criada pela Lei Complementar nº 201/1978. Trata-se de professores que mesmo não sendo concursados adquiriam estabilidade na rede pública estadual após nela lecionar por, pelo menos, cinco anos consecutivos;

-Professor ACT (Admissão em caráter temporário): professores que, sem vínculo permanente com o estado, tinham suas aulas atribuídas na própria escola em que atuaram no ano letivo anterior (caso houvesse aulas disponíveis) ou em outra, através da Diretoria de Ensino.

Contudo, a partir do ano de 2007, duas leis modificaram esse quadro, estratificando-o. Atualmente existem sete diferentes categorias. Elas são designadas pelas letras: A, P, F, S, L, O, V. A mais precária delas é a categoria O. O indivíduo contratado por essa categoria é selecionado a partir de um processo seletivo simplificado. Ele não possui direito a assistência médica do IAMSPE e seu tempo de trabalho é computado pelo INSS, ou seja, ele não é um trabalhador estatutário. Tal professor trabalha sob contrato cujo prazo de vigência de no máximo 3 anos. Findo o período do contrato esse educador terá que passar por um novo processo seletivo. Todas essas informações são objetivas, regidas por leis e decretos e estão disponíveis no site da Secretaria da Educação do estado de São Paulo. Todavia, o desdobramento delas traz dificuldades sobremaneira desmotivantes e exaustivas para os educadores que são contratados pela categoria O.

Na prática, cada um desses professores tem que assumir as aulas que sobraram nas escolas que estão sob a jurisdição da Diretoria de ensino na qual ele se inscreveu. Assim, não é raro que um professor tenha que lecionar em 4 ou 5 escolas para compor uma jornada de trabalho que lhe proporcione um salário capaz de atender suas necessidades mínimas de sobrevivência.

Ele se torna um “professor itinerante” que leciona poucas aulas em cada uma dessas escolas e que, portanto, não tem oportunidade de conhecer seus alunos, seus colegas professores e a comunidade do entorno. Ele não se sente integrado em nenhuma das unidades escolares nas quais ensina pois não tem como participar das reuniões semanais de professores em cada uma delas. Desse modo, ele não opina e nem mesmo fica ciente de importantes decisões que afetam diretamente o seu trabalho. Ele está sempre desatualizado, cansado e, por força dessas circunstâncias sente-se colocado à margem, discriminado. Essa condição gera desmotivação e insegurança entre os professores dessa categoria, impactando negativamente o seu desempenho profissional e sua saúde.

Como seria de se supor, a alta rotatividade de profissionais da categoria O dificulta a construção de um projeto pedagógico consistente e compromete a qualidade da educação.



O objetivo não explícito desse processo de desmonte da identidade dos professores da rede pública estadual em São Paulo é a terceirização do Ensino. Fragilizada e sem uma identidade, essa classe profissional não encontrará forças ou motivação para lutar contra esse processo que já está em andamento no governo: as discussões sobre a privatização de 500 escolas estaduais (10% do total) já começaram (Hora do Povo, 2023).

Meritocratização premiada

Com esse título nos referimos ao bônus salarial pago aos professores pelos governos estaduais e prefeituras no final de cada ano letivo. Tal “gratificação” pode atingir o máximo de duas vezes o salário do educador. No entanto, o valor real recebido por cada um desses profissionais é aleatório visto que os critérios para definição dele são derivados de fatores que não são do arbítrio e nem estão sob controle deles.

O bônus da docência foi instituído pelos governos como uma forma de melhorar o desempenho dos professores. Por “desempenho” deve-se entender o rendimento de seus alunos em provas externas como o Saresp e Prova Brasil. Essas provas externas são elaboradas a partir dos padrões internacionais adotados pelo Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) e, portanto, não refletem a realidade social e econômica do povo brasileiro.

Sabemos que as realidades locais no Brasil são multifacetadas. As desigualdades sociais têm aumentado de maneira vertiginosa. Em contrapartida, a instituição escola foi historicamente moldada para atender aos padrões da classe média. O currículo, a metodologia de ensino e a infraestrutura das escolas, em sua maioria, não contemplam as necessidades e realidades dos alunos de classes sociais menos favorecidas.

Nesse sentido, os professores e as professoras que trabalham em escolas situadas em locais de risco social precisam se desdobrar para que seus alunos possam responder minimamente àquilo o que a escola espera deles. Todo esse trabalho pedagógico compõe um “currículo oculto” que não é percebido, medido e muito menos valorizado em provas externas. Os filhos das famílias desfavorecidas chegam à escola com inúmeros handicaps que, quando não são minimamente sanados implicam em evasão o naquilo o que comumente é entendido como fracasso escolar (Charlot, 2000). Destacamos que a simples consciência disso modifica completamente a conceituação do termo “fracasso escolar”. Cada aluno parte de um diferente ponto social, econômico e cultural ao ingressar em uma escola estruturada segundo os padrões da classe média. Quanto mais abaixo – em termos de “pirâmide social” – dela um aluno estiver, maior será o desafio dele e de seus professores. Entretanto, as avaliações externas, buscando apenas um aproveitamento que pode ser padronizado e medido em



números, ignoram todo esse empenho do professor e o punem com um valor financeiro baixo de bônus.

O outro critério de definição do valor do bônus é o número de faltas do professor no decorrer do ano letivo. Nesse quesito, o educador que adoecer e tiver que se afastar, ainda que por poucos dias, terá seu bônus negado.

Isso ainda não é tudo. Jorge (2023) relata que é comum que gestores escolares pressionem para que professores e professoras que receberam pouco dinheiro como gratificação se removam para outras escolas uma vez que isso impacta negativamente na avaliação que o governo faz do rendimento de cada escola. Quanto a essa questão, as escolas do PEI (Plano Educacional Individualizado) desligam automaticamente os professores que obtiveram um bônus desfavorável.

Por tudo isso, resta claro que o bônus salarial da docência é uma instituição que além de injusta, implanta a ideologia competitiva do mercado corporativo no relacionamento entre os educadores de cada escola. Por essa lógica quanto maior o bônus, melhor é o professor.

O estresse desnecessário desencadeado por mais essa cobrança pública de desempenho profissional é um severo agravante na já combatida saúde emocional e psíquica de nossos educadores.

Considerações finais

Ao concluir nosso texto, acreditamos ter demonstrado um dos potentes fatores responsáveis pelo rápido e vultuoso aumento de casos de Síndrome de Burnout nos professores da Educação Básica brasileira.

A desvalorização simbólica desses profissionais precisa ser conhecida, debatida e combatida em nossas escolas. Neste trabalho, explanamos três formas pelas quais ela objetivamente se concretiza, todavia existem tantas outras que seria exaustivo enumerar neste trabalho.

Nosso objetivo é mostrar que as políticas públicas em educação nas últimas décadas têm relegado o professor a um não-lugar (Fanizzi, 2023) na sociedade brasileira por meio da desvalorização e da negação do importante papel desse profissional na formação das futuras gerações do país. Um dos resultados disso é o adoecimento psíquico evidenciado nas muitas matérias jornalísticas que revelam o real e atual estado da arte da educação brasileira.

Referências

- ALVES, M. *Síndrome de Burnout*. Psychiatry on line Brazil. v 22. n 9. 2017. Disponível em: polbr.med.br/ano17/art0917.php. Acesso em: 28 fev. 2024
- BEGO, A. M. *A implantação de sistema apostilado de ensino e o trabalho docente: os problemas e as decisões de uma rede escolar pública municipal*. Rev. Bras. Estud. Pedagog.



98 (250), Sep-Dec 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/NhdKzP9DmKPpKHchGfP9H7z/>. Acesso em: 21/ fev. 2024

CHARLOT, B. *Da relação com o saber. Elementos para uma teoria*. Tradução Bruno Magne. São Paulo: Artmed. 2000.

HORA DO POVO. *Governo de São Paulo quer privatizar gestão de 500 escolas estaduais*. 01/03/2023. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/governo-de-sao-paulo-quer-privatizar-gestao-de-500-escolas-estaduais/> . Acesso em: 18 fev. 2024.

JORGE, I. F. *Dimensões objetiva e simbólica da (des)valorização docente: um estudo sobre os professores da rede pública de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19052023-162950/pt-br.php>. Acesso em: 05/ mar. 2024

ORTIZ, G. S.; DENARDIN, L.; SAVI NETO, P. *Sistemas Apostilados de Ensino e autonomia ilusória: reflexões à luz de José Contreras*. Rev. Bras. Estud. Pedagog. 102 (262), set-dez 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/tkz3L8Gjyq4BSjCsR74WxZs/>. Acesso em 21/ fev. 2024 às 15:08 hrs.

PLACCO, V. M. N. de S.; SOUZA, V. L.T. *Profissionais da educação do Século XXI – Desafios e perspectivas atuais*. Campinas: Pontes Editores, 2023.

PORTAL DO PROFESSOR. *Burnout: síndrome afeta mais de 15% dos docentes*. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idConteudo=38>. Acesso em: 28/ fev. 2024.

